



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 002. PROVA OBJETIVA

DIRETOR DE ESCOLA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto *Acabar em pizza*, de João Pereira Coutinho, para responder às questões de números **01** a **08**.

Tenho um amigo de infância que ainda vive na casa dos pais. Estranho? Talvez, se tivermos em conta que ele tem 40 anos.

E, antes que o leitor imagine o personagem como uma triste figura – um rapaz que só vive para os estudos e sem atrativos físicos, por favor, não se iluda.

O rapaz está em excelente forma. A vida sentimental sempre foi como a cabeça de Carmen Miranda – colorida e succulenta. E, economicamente falando, o desgraçado é mais rico do que eu.

Mas o pior não são estas evidências. É escutá-lo sobre a situação doméstica, que ele relata com uma serenidade oriental. A questão é bastante simples – e razoável. Os pais sempre insistiram para que ele “voasse para fora do ninho”. Mas ele, mais inteligente que os pais, começou a fazer contas. E ficou no ninho.

Um apartamento custa dinheiro. Uma empregada para tratar da roupa e da limpeza da casa também não é grátis. Os cozinhados da mãe suplantam qualquer produto congelado. E, quando existem encontros românticos, nada se compara a um bom hotel com um bom room service. Além disso, as poupanças de viver com os pais permitem-lhe trabalhar a meio-termo.

“E se um dia surgir uma mulher permanente?”, pergunto eu, desesperado. A resposta é lógica: “A casa é suficientemente grande para todos”.

Escuto tudo com uma mistura de pasmo e inveja. E depois penso: a sorte dele é não viver na Itália.

Alguns números: na pátria do “dolce far niente”, 65% dos italianos entre os 18 e os 34 anos ainda vivem na casa dos pais (uma enormidade em termos europeus). São os chamados “mammone” – uma palavra que expressa a ligação umbilical dos filhos adultos às respectivas mães.

E esses meninos da mamãe se parecem com meu amigo. Mas com uma diferença: no caso dos italianos, a trilogia cama-mesa-roupa lavada não basta. É preciso acrescentar também uma mesada.

Felizmente, os pais italianos começam a reagir contra os abusos da descendência. E todos os anos há milhares – repito: milhares – de processos em tribunal com os pais a implorar ao juiz para que o filho seja expulso de casa.

Nem sempre conseguem. Relata o *Daily Telegraph* que, em Modena (uma simpática cidade da região italiana de Emília-Romanha), um pai foi judicialmente obrigado pelo filho a continuar a sustentar os seus “estudos”. O filho tem 28 anos. E só em Modena há 8000 processos anuais de filhos contra pais por motivos de mesadas.

(Folha de S. Paulo, 03.05.2016. Adaptado)

01. Assinale a alternativa que apresenta a afirmação correta de acordo com o texto.

- (A) O amigo do autor admite que, embora as condições domésticas sejam precárias, prefere morar com os pais, já que pode economizar e trabalhar apenas meio-período.
- (B) O autor compreende que o amigo, por ser uma pessoa pouco sociável, sinta-se desencorajado a deixar a casa paterna, ainda que seja um adulto de 40 anos.
- (C) Os pais do rapaz têm insistido para que ele voe para fora do ninho tão logo tenha situação financeira adequada para arcar com suas próprias despesas.
- (D) O amigo do autor, depois de analisar os gastos necessários para viver sozinho, decidiu que sairá da casa dos pais somente quando se casar e tiver filhos.
- (E) O autor ouve com perplexidade as justificativas do amigo, pois este assume, sem aparentar constrangimentos, que pretende continuar morando com os pais.

02. No sétimo parágrafo, ao declarar que “a sorte dele é não viver na Itália”, o autor sinaliza que, se fosse de família italiana, o amigo

- (A) poderia desfrutar comodamente da trilogia cama-mesa-roupa lavada.
- (B) poderia ser processado pelos pais se eles se sentissem explorados.
- (C) teria dificuldades para prosseguir com os estudos universitários.
- (D) seria obrigado a dar mesada para os pais que o acolhem em casa.
- (E) precisaria trabalhar período integral mesmo que não precisasse de dinheiro.

03. Considere a charge.



(Lederly. Folha de S.Paulo, 06.05.2016)

Comparando a situação das personagens da charge à situação das famílias italianas descritas no texto *Acabar em pizza*, é correto afirmar que a charge

- (A) se opõe às ideias do texto, pois, diferentemente dos filhos italianos, o rapaz deseja em breve deixar a casa dos pais e ser livre e independente.
- (B) se opõe às ideias do texto, pois a mãe do rapaz, diferentemente dos pais italianos, reconhece que seu filho ainda é adolescente, não tendo idade para viver sozinho.
- (C) corrobora as ideias do texto, pois a mãe do rapaz e os pais italianos romperam relações com os filhos e exigem que eles saiam imediatamente da casa paterna.
- (D) corrobora as ideias do texto, pois o rapaz, assim como os filhos italianos, pretende permanecer na casa dos pais para se dedicar integralmente aos estudos.
- (E) corrobora as ideias do texto, pois a mãe do rapaz e os pais italianos desejam que seus filhos sejam autônomos e assumam as próprias responsabilidades financeiras.

04. Leia os trechos do texto em que as expressões destacadas apresentam, respectivamente, circunstância de intensidade e de modo.

E, economicamente falando, o desgraçado é **mais** rico do que eu. (3º parágrafo)

... um pai foi **judicialmente** obrigado pelo filho a continuar a sustentar os seus “estudos”. (último parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas também apresentam, respectivamente, as circunstâncias de intensidade e modo.

- (A) A questão é **bastante** simples – e razoável. É escutá-lo sobre a situação doméstica, que ele relata **com uma serenidade oriental**.
  - (B) A questão é **bastante** simples – e razoável. **Talvez**, se tivermos em conta que ele tem 40 anos.
  - (C) **Felizmente**, os pais italianos começam a reagir contra os abusos da descendência. É escutá-lo sobre a situação doméstica, que ele relata **com uma serenidade oriental**.
  - (D) Escuto tudo **com uma mistura de pasmo e inveja**. **Felizmente**, os pais italianos começam a reagir contra os abusos da descendência.
  - (E) **Talvez**, se tivermos em conta que ele tem 40 anos. Escuto tudo **com uma mistura de pasmo e inveja**.
05. O trecho reescrito com base nas ideias do quarto parágrafo mantém o sentido original em:
- (A) Os pais sempre impuseram ao rapaz que “voasse do ninho”, entretanto ele, mais obtuso, optou por “ficar no ninho”, tanto que percebeu ser dispendioso viver por conta própria.
  - (B) Os pais sempre sugeriram ao rapaz que “voasse do ninho”, ainda que ele, mais calculista, optasse por “ficar no ninho”, embora percebesse ser dispendioso viver por conta própria.
  - (C) Os pais sempre pediram ao rapaz que “voasse do ninho”, porém ele, mais perspicaz, optou por “ficar no ninho”, pois percebeu ser dispendioso viver por conta própria.
  - (D) Os pais sempre preveniram o rapaz de que “voasse do ninho”, caso ele, muito inescrupuloso, optasse por “ficar no ninho”, à medida que percebesse ser dispendioso viver por conta própria.
  - (E) Os pais sempre convenceram o rapaz de que “voasse do ninho”, e ele, muito preguiçoso, optou por “ficar no ninho”, mesmo que percebesse ser dispendioso viver por conta própria.

06. Leia o texto.

As frases “A vida sentimental sempre foi como a cabeça de Carmen Miranda – colorida e suculenta” e “São os chamados ‘mammone’ – uma palavra que expressa a ligação umbilical dos filhos adultos às respectivas mães” evidenciam, respectivamente, \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, empregadas pelo autor com referência \_\_\_\_\_ vida sentimental do rapaz e \_\_\_\_\_ uma condição peculiar que caracteriza a relação familiar de alguns italianos.

As lacunas do texto devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) situação hipotética ... justificativa plausível ... a ... à
- (B) semelhança entre ideias ... definição de um termo... à ... à
- (C) juízo de valor ... condição preestabelecida ... a ... à
- (D) comparação entre ideias ... definição de um termo... à ... a
- (E) oposição entre ideias ... situação hipotética ... à ... a

07. Considere as expressões destacadas nos trechos do texto.

E, quando existem encontros românticos, nada **se compara a um bom hotel** com um bom room service. (5º parágrafo)

E todos os anos há milhares – repito: milhares – de processos em tribunal com os **pais a implorar ao juiz** para que o filho seja expulso de casa. (10º parágrafo)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, essas expressões podem ser substituídas, correta e respectivamente, por:

- (A) se nivela a um bom hotel / pais a suplicar com o juiz
- (B) se equipara a um bom hotel / pais a fazer apelos para o juiz
- (C) se iguala com um bom hotel / pais a recorrer no juiz
- (D) é proporcional com um bom hotel / pais a invocar no juiz
- (E) é condizente em um bom hotel / pais a pedir intercessão para o juiz

08. Para o amigo do autor, alugar **um apartamento** custa dinheiro; uma empregada que mantenha **a casa** em ordem também não é grátis e, além disso, não há congelados que superem **os cozinhados da mãe**.

Os pronomes substituem corretamente as expressões destacadas e estão adequadamente colocados na frase, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- (A) alugá-lo ... a mantenha ... os superem
- (B) alugá-lo ... mantenha-a ... superem-nos
- (C) alugá-lo ... lhe mantenha ... lhes superem
- (D) alugar-lhe ... a mantenha ... os superem
- (E) alugar-lhe ... mantenha-lhe ... superem-nos

Leia o texto para responder às questões de números 09 e 10.

## PROCURAM-SE MÃOS DE TESOURA

**ESPECIALISTAS EM CORTES**  
O mercado abre espaço agora para quem sabe reduzir custos sem arriscar a eficiência da organização; veja profissões gabaritadas a fazer mais com menos, como exige o tempo



(Folha de S.Paulo, 12.06.2016. Adaptado)

09. Considere a frase.

No texto, a expressão “mãos de tesoura” foi empregada em sentido \_\_\_\_\_, indicando profissionais que \_\_\_\_\_.

As lacunas dessa frase devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) próprio ... mostrem competência para reavaliar gastos e aumentem a eficiência da empresa
- (B) próprio ... elevem os lucros, ampliando o espaço de atuação das organizações no mercado atual
- (C) figurado ... tenham formação superior e entendam da tributação aplicada a diversas organizações
- (D) figurado ... pretendam se associar à empresa e possam investir capital a curto prazo
- (E) figurado ... sejam hábeis para reduzir gastos sem comprometer a produtividade da organização

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o título do texto “Procuram-se mãos de tesoura” pode ser corretamente substituído, sem alteração de sentido, por:

- (A) Existe vagas para mãos de tesoura em vários setores do mercado.
- (B) Oferece-se vagas para profissionais considerados mãos de tesoura.
- (C) Buscam-se mãos de tesoura para dar eficiência às organizações.
- (D) Empresas dizem que é necessário a contratação de mãos de tesoura.
- (E) Muito requisitado, os mãos de tesoura têm vaga garantida no mercado.

11. Três amigos treinam em uma piscina de forma independente. Para fazer o percurso de ida e volta na piscina, um deles leva 96 s, outro leva 72 s, e o terceiro 90 s. Se às 9h os três estão em um mesmo lado da piscina, a próxima vez em que os três estarão nesse mesmo lado será às
- (A) 9h 24min.
  - (B) 9h 48min.
  - (C) 10h 12min.
  - (D) 10h 36min.
  - (E) 11h.
12. A razão entre o número de alunos e professores em uma escola é igual a 21. Após a contratação de mais 8 professores aquela razão passou a ser igual a 15. O número de alunos dessa escola está compreendido entre
- (A) 300 e 350.
  - (B) 350 e 400.
  - (C) 400 e 450.
  - (D) 450 e 500.
  - (E) 500 e 550.
13. Uma pesquisa revelou que 60% dos funcionários de uma empresa viajaram nas férias de inverno e 75% viajaram nas férias de verão, o que corresponde a 69 funcionários a mais. O número de funcionários dessa empresa é múltiplo de
- (A) 3.
  - (B) 8.
  - (C) 14.
  - (D) 20.
  - (E) 25.

14. 12 homens trabalharam 6 horas por dia para a reforma do ginásio da escola, e, em 4 dias de trabalho, foi concluído um terço do serviço. Para finalizar a reforma, mais 6 homens foram contratados e todos os 18 passarão a trabalhar 8 horas por dia. Considerando que todos os homens têm a mesma força de trabalho, o número de dias que ainda faltam para o ginásio ficar pronto é
- (A) 3.  
(B) 4.  
(C) 5.  
(D) 6.  
(E) 8.
15. Na escola onde Ricardo estuda, a média anual, por matéria, é calculada ponderando-se as quatro médias bimestrais, sendo que o primeiro bimestre tem peso 3 e os outros três bimestres peso 4. Ricardo obteve média 5 em matemática no primeiro bimestre e 7 no segundo. Como a média anual mínima para aprovação é 5 e ele quer ser aprovado em matemática no terceiro bimestre, sua nota mínima, nesse bimestre, deverá ser
- (A) 7.  
(B) 7,5.  
(C) 8.  
(D) 8,5.  
(E) 9.
16. Lúcio e Eduardo têm juntos R\$ 155,00. Os dois gastaram R\$ 49,00 cada, e Lúcio ficou com uma quantia igual ao dobro da quantia de Eduardo. A diferença final de valores entre eles é igual a
- (A) R\$ 12,00.  
(B) R\$ 15,00.  
(C) R\$ 16,00.  
(D) R\$ 18,00.  
(E) R\$ 19,00.

17. Em uma escola, há 5 professores a mais no período vespertino em comparação com o período matutino, sendo que nenhum professor trabalha nos dois períodos. Cada professor do matutino enviou 1 bombom para cada professor do vespertino, num total de 84 bombons. O total de professores nesses dois períodos é igual a
- (A) 16.  
(B) 17.  
(C) 18.  
(D) 19.  
(E) 20.
18. A quadra de esportes da escola tem um formato retangular com 33 m de comprimento por 20 m de largura. Para a feira cultural, ela será dividida em duas partes, sendo uma na forma de um quadrado com  $400 \text{ m}^2$  de área e a outra com formato retangular e perímetro, em metros, igual a
- (A) 60.  
(B) 66.  
(C) 72.  
(D) 78.  
(E) 84.
19. Um bloco na forma de paralelepípedo reto retângulo tem um volume igual a  $60 \text{ cm}^3$ . A soma de todas as arestas desse bloco é igual a 52 cm e uma face tem  $10 \text{ cm}^2$  de área. A área total desse bloco, em  $\text{cm}^2$ , vale
- (A) 68.  
(B) 70.  
(C) 82.  
(D) 96.  
(E) 104.
20. Em 2015, um time de futebol jogou  $\frac{2}{5}$  de suas partidas no primeiro semestre e  $\frac{3}{5}$  no segundo. No primeiro semestre, esse time ganhou  $\frac{4}{5}$  das partidas disputadas e, no segundo semestre, perdeu 4 partidas, empatou 17 e teve o mesmo número de vitórias do primeiro semestre. O total de partidas disputadas no ano de 2015 por esse time foi
- (A) 75.  
(B) 78.  
(C) 82.  
(D) 86.  
(E) 90.



## ATUALIDADES

21. Foi confirmado o candidato do Partido Republicano à presidência dos EUA nesta terça (19 de julho), ao conseguir o número de delegados necessário durante a convenção nacional do partido. A convenção, assim como a campanha, teve presente a polêmica em torno de sua candidatura, que venceu as prévias, mas é questionada por lideranças do partido. Ele nunca ocupou cargo público. Os opositores republicanos se mostram alarmados com suas posições polêmicas a respeito de imigrantes e muçulmanos, bem como com seu distanciamento da ortodoxia do partido em temas como o comércio.

(UOL, 24 jun.16. Disponível em: <http://goo.gl/KgY0hg>. Adaptado)

O candidato republicano à presidência dos EUA é

- (A) Ted Cruz.
- (B) Bernie Sanders.
- (C) Jeb Bush.
- (D) Donald Trump.
- (E) Bill Clinton.

22. O resultado do plebiscito a favor da saída do Reino Unido da União Europeia (UE) revelou profundas divisões entre os britânicos. O resultado levou ao anúncio de renúncia do primeiro-ministro David Cameron, que liderou a campanha pela permanência. 51,9% dos britânicos votaram pela saída contra 48,1%. Espera-se que o processo seja negociado ao longo dos próximos dois anos.

(UOL, 24 jun.16. Disponível em: <http://goo.gl/DE1UMm>. Adaptado)

Votaram majoritariamente pela saída do Reino Unido da União Europeia

- (A) os imigrantes e a população da Irlanda do Norte.
- (B) os mais velhos e a população do interior da Inglaterra.
- (C) os mais jovens e a população escocesa.
- (D) os mais ricos e a população londrina.
- (E) os mais pobres e a população das grandes cidades.

23. O governo pediu à população que pare com os protestos que se espalharam pelo país. O país está em convulsão por causa da reforma trabalhista que o presidente pretende promover, que prevê medidas como o aumento da jornada de trabalho. Em menos de dois meses, a polícia prendeu 1 300 pessoas em manifestações violentas. Nem as ruas nem o governo aceitam ceder. O primeiro-ministro afirmou que as marchas estão mais violentas. Manifestantes acusam policiais de abusos. Do terrorismo à economia, o país vive uma crise social. O crescimento é pequeno, o desemprego fica perto de 10%, e um em cada quatro jovens não trabalha.

(G1, 19 mai.16. Disponível em: <http://goo.gl/wEHHYG>. Adaptado)

Os protestos ocorreram

- (A) na Itália.
- (B) na Alemanha.
- (C) na França.
- (D) em Portugal.
- (E) na Espanha.

24. O plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (21 de junho) o projeto de lei que estabelece novas regras de administração das empresas estatais. Chamada de Lei de Responsabilidade das Estatais, a proposta foi aprovada em votação simbólica e segue agora para sanção presidencial.

(Folha de S.Paulo, 21 jun.16. Disponível em <http://goo.gl/YfriSM>. Adaptado)

A principal mudança provocada pelo projeto aprovado no Senado na gestão das estatais é

- (A) a obrigatoriedade de que essas empresas abram o seu capital e passem a ter ações negociadas na bolsa de valores, nos mesmos moldes das empresas privadas.
- (B) a exigência legal de que essas empresas passem a dar lucro e consigam fechar o seu balanço no azul, sem depender de investimentos e aportes financeiros feitos pelo Estado.
- (C) a aprovação para que essas empresas passem a cobrar pelos serviços oferecidos, ampliando as fontes de recursos e retirando a gratuidade que costuma estar associada ao que é público.
- (D) o estabelecimento de um mínimo necessário de negros e mulheres em cargos de direção nessas empresas, a fim de consolidar políticas afirmativas de redução das desigualdades.
- (E) a proibição de que pessoas com atuação partidária ou com cargos políticos exerçam funções de comando nessas empresas enquanto ainda exercem a atividade política.

25. O Comitê Olímpico Internacional decidiu não banir o país da Olimpíada do Rio, mas o país está mesmo fora das competições de atletismo. Até a atleta que denunciou o esquema de *doping* não participará. Quanto às outras modalidades, agora as federações internacionais de cada esporte vão decidir, caso a caso, sobre a participação dos atletas.

(G1, 25 jul.16. Disponível em: <http://goo.gl/PZF4FU>. Adaptado)

O país que está fora das competições de atletismo da Olimpíada do Rio é

- (A) a Rússia.
- (B) o Japão.
- (C) a China.
- (D) a Alemanha.
- (E) Cuba.

## LEGISLAÇÃO

- 26.** Nos contextos urbano-industriais, a educação escolar tornou-se imprescindível tanto para os indivíduos quanto para a sociedade. Devido a isso, em nosso país, como em tantos outros, a educação básica reveste-se de grande importância e aparece como direito público subjetivo, devendo, nos termos dos artigos 208, 211 e 214 da Constituição Federal de 1988, ser oferecida
- (A) em escolas gratuitas, próximas às residências dos alunos, para brasileiros dos 4 aos 14 anos de idade, exclusivamente pelos Municípios, e, dos 15 aos 17 anos, pelos Estados e/ou Municípios.
  - (B) em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de forma obrigatória e gratuita, por meio de planos plurianuais, voltados ao cumprimento de metas estabelecidas.
  - (C) a todos os indivíduos, pois é condição fundamental para exercer os demais direitos, sendo dever constitucional da família provê-la a seus filhos, legítimos ou adotivos, em escolas públicas ou particulares.
  - (D) em escolas públicas e gratuitas, como dever exclusivo do Estado para com as famílias carentes, preparando seus filhos para ocupar postos de trabalho nas diversas áreas da economia e nos serviços públicos.
  - (E) a todo indivíduo, como único caminho de formação humana e política, preparando-o para uma convivência social ordeira e para atuar tanto como eleitor consciente quanto como bom governante, quando eleito.
- 27.** Em encontros sistemáticos que os diretores das escolas públicas municipais de Rio Claro realizaram sob orientação da Secretaria Municipal de Educação, foram esclarecidos aspectos básicos do Plano Municipal de Educação, aprovado pela Lei nº 4.886/2015 desse Município. Os aspectos mais debatidos foram os da execução do citado Plano e do cumprimento de suas metas, concluindo-se, corretamente, de acordo com o artigo 5º da referida Lei, que esses aspectos serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizados apenas pela
- (A) Secretaria Municipal de Educação (SME) de Rio Claro.
  - (B) Secretaria Municipal de Educação (SME) e pelo Poder Legislativo de Rio Claro.
  - (C) Secretaria Municipal de Educação (SME), pelo Poder Legislativo e pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Claro (COMERC).
  - (D) Secretaria Municipal de Educação (SME), pelo Poder Legislativo, pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Claro (COMERC) e pelo Fórum Permanente de Educação, composto paritariamente entre poder público e sociedade civil.
  - (E) Secretaria Municipal de Educação (SME), pelo Poder Legislativo, pelo Conselho Municipal de Educação de Rio Claro (COMERC), pelo Fórum Permanente de Educação, composto paritariamente entre poder público e sociedade civil, e pelos Conselhos Tutelares do Município.
- 28.** Haydée, pedagoga formada, interessou-se pelo cargo de Diretor de Escola do concurso público de Rio Claro. Desejosa por saber o campo de atuação dos ocupantes desse cargo, consultou a Lei Complementar nº 024/2007, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do município, e encontrou no artigo 6º que o Diretor de Escola exercerá suas atribuições na gestão de processos administrativos e educacionais das unidades que atendem
- (A) a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, incluindo as que oferecem Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
  - (B) a Educação Infantil e os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excluindo as que oferecem a Educação Especial.
  - (C) a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, incluindo as que oferecem Educação de Jovens e Adultos.
  - (D) os quatro anos finais do Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.
  - (E) a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, excluindo as que oferecem Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.
- 29.** Olívia perguntou a uma amiga que estava estudando a legislação do Município de Rio Claro para prestar concurso para Diretor de Escola quais cargos previstos no Quadro do Magistério Público desse Município são de provimento efetivo. Sua amiga respondeu-lhe acertadamente que, de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº 3.777/2007, são efetivos apenas os cargos de
- (A) Professor de Educação Básica I – PEB I e Professor de Educação Básica II – PEB II.
  - (B) Professor de Educação Básica I – PEB I, Professor de Educação Básica II – PEB II e Professor Adjunto.
  - (C) Professor de Educação Básica I – PEB I, Professor de Educação Básica II – PEB II, Professor Adjunto e Diretor de Escola.
  - (D) Professor de Educação Básica I – PEB I, Professor de Educação Básica II – PEB II, Professor Adjunto, Diretor de Escola e Coordenador Pedagógico.
  - (E) Professor de Educação Básica I – PEB I, Professor de Educação Básica II – PEB II, Professor Adjunto, Diretor de Escola, Coordenador Pedagógico e Supervisor de Ensino.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

30. Angélica tornou-se, recentemente, diretora de uma escola de Ensino Fundamental e deseja desenvolver uma gestão democrática na unidade que escolheu. Em reunião do Conselho de Escola, ela propôs a seus membros a participação ampliada de pais ou responsáveis na definição das propostas educacionais da escola. Como essa não era uma prática usual no estabelecimento de ensino, a reação dos membros da equipe profissional e da comunidade foi diversificada. Tomando como referência o parágrafo único do artigo 53 da Lei nº 8.069/1990 – ECA, estão corretos os que afirmaram que os pais ou responsáveis têm direito de

- (A) tomar conhecimento das notas e da frequência de seus filhos, mas não de ter acesso aos trabalhos de elaboração das propostas educacionais.
- (B) zelar pela atitude e disciplina de seus filhos na família, na escola e na sociedade, mas as questões pedagógicas não lhes dizem respeito.
- (C) serem aceitos para realizar a tarefa proposta pela diretora, somente se tiverem preparo profissional nas questões do ensino, mas os demais estão impedidos.
- (D) participar da definição das propostas educacionais, se membros do Conselho Escolar, enquanto os demais só conhecerão suas conclusões finais.
- (E) participar da definição das propostas educacionais, bem como de ter ciência do processo pedagógico da escola.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números 31 a 34.

Ao longo de quase quatro séculos, articularam-se, no processo histórico da formação da sociedade brasileira, elementos étnico-culturais, caracterizados por rica diversidade, com relações político-econômicas de natureza colonial, marcadas pela desigualdade. Em novembro de 2016, o Brasil completará 127 anos de regime republicano, conturbados por dois períodos de ditadura, a de Vargas (1930-45) e a militar (1964-83/84), os quais somam 35 anos, deixando o país com apenas 82 anos de funcionamento regular das instituições republicanas.

No decorrer do século XX, o Brasil avançou bastante no terreno dos direitos individuais e sociais e no combate à desigualdade. Esta, contudo, ainda é profunda e desafia os brasileiros, agravando problemas em todas as áreas. Na educacional, área de grande complexidade e que se articula com todas as demais, a desigualdade participa da produção do fracasso escolar e dele se alimenta.

31. Em Aquino (1998), alguns autores destacam que o significado de igualdade, contido na proposta de cidadania democrática, não se confunde com “uniformidade” de todos os seres humanos, com suas óbvias diferenças de raça, etnia, sexo, ocupação, talentos específicos e cultura no sentido mais amplo, que compõem e enriquecem a “igualdade em dignidade” do ser humano, a qual convive com elas. Ao contrário, a desigualdade distorce aquelas diferenças ao aplicar-lhes uma valoração superior/inferior que gera discriminação, preconceito, constrangimentos, exclusão, podendo lesar direitos e ser crime. Enfatiza-se, em artigos dessa coletânea, que a construção da cidadania democrática é um fenômeno complexo de natureza histórico-cultural que envolve, necessariamente, a escola e seus profissionais, pois o processo educacional

- (A) reproduz a desigualdade que reina no país, seja o de âmbito familiar, seja o do escolar.
- (B) contribui tanto para conservar quanto para mudar valores, mentalidades, costumes e práticas.
- (C) necessita, primeiro, receber recursos materiais e prestígio, para poder endireitar a sociedade.
- (D) precisa ser, ele próprio, democratizado internamente, de modo a educar nessa mesma linha.
- (E) pode tirar o país do atraso, revelando ao mundo a capacidade que se origina da mestiçagem.

- 32.** No artigo “O desafio da educação para a cidadania”, Be-  
nevides (em Aquino, 1998) denuncia o quanto tem de ilu-  
sória uma certa unanimidade nos discursos de “direita” e  
de “esquerda” sobre democracia e direitos do cidadão,  
pois as raízes autoritárias e elitistas de nossa formação  
social estão sólidas. Analisa a formação dos conceitos de  
cidadania e de democracia na história do ocidente, traba-  
lhando a compreensão da cidadania democrática e a de  
sua relação intrínseca com a educação. Argumenta que,  
no Brasil, educar para a cidadania democrática envolve,  
no ponto de partida, duas prioridades que se complemen-  
tam:
- (A) a educação para votar nos melhores candidatos e a  
formação para cumprir os próprios deveres.
  - (B) a garantia de recursos para oferecer educação bá-  
sica gratuita a todos e a vigilância de sua aplicação.
  - (C) a educação em valores cívicos e de respeito ao bem  
público e a formação para o trabalho eficiente.
  - (D) a educação para a participação ativa na vida pública  
e a educação para a ética na política.
  - (E) o cumprimento da Constituição Cidadã de 1988 e o  
comportamento ético na escola pública.
- 33.** Um exemplo de política curricular para construir relações  
de igualdade e valorizar a diversidade são as Diretrizes  
Curriculares Nacionais para a Educação Étnico-Racial e  
para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Afri-  
cana, definidas pela Resolução CNE/CP 01/2004. Elas  
visam à divulgação e produção de conhecimentos, com  
objetivo de promover o reconhecimento, o respeito e a  
valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao  
lado das indígenas, europeias e asiáticas, bem como de  
capacitar o cidadão de uma nação plural para interagir  
e negociar objetivos comuns, na busca de consolidar a  
democracia brasileira. Para isso, o projeto político-peda-  
gógico da escola, como um todo, deve expressar esse  
ideal democrático, porém, de acordo com o parágrafo  
3º do artigo 3º da citada Resolução, o ensino sistemá-  
tico de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na  
Educação Básica refere-se, em especial, apenas ao(s)  
componente(s) curricular(es):
- (A) História do Brasil.
  - (B) Literatura.
  - (C) Educação Artística e História do Brasil.
  - (D) História do Brasil e Literatura.
  - (E) Educação Artística, Literatura e História do Brasil.
- 34.** O reexame do Parecer que institui Diretrizes Operacio-  
nais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA inci-  
diu em aspectos relativos à duração dos seus cursos,  
à idade mínima para ingresso neles e para certificação  
nos exames que lhe são específicos, como também  
no desenvolvimento de EJA por meio da Educação à  
Distância. Para analisá-los, adentrou às questões so-  
ciais, políticas e éticas envolvidas, tomando por base  
o direito de todo cidadão à Educação Básica. Esse  
reexame afirma o apoio a marcos legais, desde que  
sirvam para assegurar condições concretas de acesso à  
educação com um leque de possibilidades “a serviço da  
cidadania, ancorado no princípio da qualidade”, e conclui,  
indicando que
- (A) a duração dos cursos permanece e sobe a idade  
para ingresso e exames, de 15 e 18 anos, para 18  
e 21 anos.
  - (B) os cursos de EJA dos anos iniciais do Ensino Fun-  
damental terão duração igual à dos cursos dos anos  
finais.
  - (C) a duração dos cursos e as idades mínimas para in-  
gresso neles e para prestação de exames permane-  
cem.
  - (D) os exames para certificação do Ensino Fundamental  
e do Médio, serão realizados exclusivamente pela  
União.
  - (E) cursos de EJA serão abertos se houver recursos,  
pois a meta é atingir jovens e adultos, corrigindo o  
fluxo no ensino regular.
- 35.** Os diretores de escolas municipais que ofere-  
cem Educação Infantil – E.I. encontram, no Parecer  
CNE/CEB 20/2009, uma revisão das Diretrizes Curricula-  
res para essa primeira etapa da Educação Básica, como  
preciosa fonte de referência para reflexão e reconstrução  
crítica do trabalho educativo com a equipe de profes-  
sores e funcionários. Em um de seus numerosos itens, esse  
Parecer afirma que a perspectiva do atendimento aos di-  
reitos da criança na sua integralidade requer que as ins-  
tituições de E.I., na organização de sua proposta peda-  
gógica e curricular, assegurem espaços e tempos para
- (A) a orientação das famílias quanto a hábitos de higi-  
ene, saúde e cuidados para com suas crianças, se  
necessário, ou preventivamente.
  - (B) visitas aos lares das crianças que atendem, pelo me-  
nos uma vez por semestre letivo, avisando os pais,  
sem muita antecedência.
  - (C) a solicitação aos pais e, principalmente às mães, de  
informações sobre os hábitos das crianças de ali-  
mentação, sono etc.
  - (D) a informação, por parte da escola, sobre seu traba-  
lho com as crianças e sobre qual colaboração espe-  
ram das famílias, em seu cotidiano.
  - (E) a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das fa-  
mílias, o respeito e a valorização das diferentes for-  
mas em que elas se organizam.

- 36.** A Resolução CNE/CEB 05/2009, que homologa as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, estabelece, em seu artigo 7º, que as instituições que a oferecem observem aquelas diretrizes em sua proposta pedagógica de modo a cumprir plenamente sua função sociopolítica e pedagógica,
- (A) construindo formas de sociabilidade e de subjetividade favoráveis a uma convivência harmoniosa com os colegas nas brincadeiras, com os professores na escola e com os pais em casa.
  - (B) oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam momentos descontraídos e alegres durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas, gostando, assim, da escola.
  - (C) assumindo a responsabilidade de reportar à família qualquer incidente ocorrido com a criança e como ela foi atendida, bem como o dever de cobrar dela a vacinação da criança e seus cuidados higiênicos.
  - (D) possibilitando a convivência entre as crianças para trocarem diferentes saberes do cotidiano e de suas culturas familiares, enquanto brincam uns com os outros, sempre supervisionadas por cuidadores.
  - (E) promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.
- 37.** A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008) tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais desse alunado. Tal política visa a garantir a transversalidade da educação especial, a qual deve ocorrer
- (A) a partir dos anos finais do ensino fundamental até o ensino médio.
  - (B) na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental.
  - (C) desde a educação infantil até a educação superior.
  - (D) em todo o ensino fundamental e no ensino médio.
  - (E) no ensino médio e no ensino superior.
- 38.** Oliveira (2012) afirma que “além dos conhecimentos sobre as crianças, é fundamental ao professor considerar alguns princípios e referências que podem tornar o trabalho pedagógico mais engajado com um projeto de Educação Infantil brasileiro e, sobretudo, com o projeto educativo de sua própria instituição”. Entre os seis princípios que a autora elenca, consta “a coerência e a articulação das experiências propostas às crianças”. Ela adverte que o modo de articular as experiências de aprendizagem é o que fará o trabalho singular de cada instituição adequado para atender uma comunidade específica. Argumenta que os valores são construídos por meio de hábitos que se aprendem desde cedo e que, para realizar projetos voltados a desenvolvê-los, faz-se necessário que os professores
- (A) mostrem o como se faz em todas as rotinas diárias, de modo que as crianças automatizem hábitos corretos que levarão para suas casas e para a vida toda, sobretudo aqueles que se ligam ao valor da higiene pessoal e do autocuidado.
  - (B) tenham coerência entre o que falam e que o fazem e explicitem as intenções por trás de suas atitudes, pois eles se constituem em fonte de modelos para as crianças, as quais prestam atenção neles, mesmo que eles não o queiram.
  - (C) expressem coerência, tratando uniformemente todas as crianças, ao conduzir as atividades e experiências de aprendizagem, pois a escola de Educação Infantil é um espaço público, o primeiro a que elas têm acesso, por direito.
  - (D) projetem vídeos enaltecendo os valores e hábitos almejados pelos projetos, de preferência vividos por personagens admirados pelas crianças, os quais servirão de modelo e incentivo para que eles procedam da mesma maneira.
  - (E) pesquisem, junto às famílias das crianças atendidas, os valores e hábitos presentes em seu cotidiano para planejar, selecionar e organizar projetos cujos conteúdos não causem conflito entre modelos adultos para as crianças.

39. Considerando o contexto atual, cheio de incertezas, Machado (2009) leva-nos a reconhecer e a valorizar as diferenças. Contudo, constata-se que as redes de ensino têm enormes dificuldades de lidar com elas. Uma das alternativas para trabalhar com a diversidade na escola é o Atendimento Educacional Especializado – AEE, um serviço da educação especial que, segundo a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008),
- (A) colabora na integração da criança no ambiente escolar, sendo optativo para os alunos, pois, embora conte com profissionais especializados, segue os mesmos programas do curso regular.
  - (B) proporciona atividades de reforço semelhantes às realizadas na sala de aula comum, mas orientadas e adaptadas às necessidades educacionais específicas dos alunos.
  - (C) é realizado nas escolas especiais, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais, sob a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação.
  - (D) identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que visam eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.
  - (E) deve ser oferecido exclusivamente em centros especializados, para que as necessidades educacionais específicas dos alunos possam ser adequadamente atendidas.
40. Juliana sempre se interessou pela Educação Especial, preparou-se para atuar nessa área e já pode trabalhar em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado, isso porque, conforme o artigo 12 da Resolução CNE/CEB 4/2009, ela reúne as condições exigidas para tanto, ou seja,
- (A) a formação em curso de Pedagogia com estágio em uma escola de educação básica que oferece a Educação Especial.
  - (B) a formação inicial em curso de enfermagem e a formação em *lato sensu* focada no atendimento à Educação Especial.
  - (C) a formação inicial que a habilita para o exercício da docência e a formação específica para a Educação Especial.
  - (D) a formação inicial que a habilita para o exercício da docência, com mestrado e doutorado em gestão educacional.
  - (E) o bacharelado em Psicologia Educacional e a especialização em Deficiências e em Superdotação.
41. Miguel, diretor de uma escola no município de Rio Claro, leu em uma reportagem sobre o rendimento escolar de alunos surdos que poucos deles, no Estado de São Paulo, concluem o Ensino Fundamental e Médio. A reportagem explicava que, segundo a Lei nº 10.098 de 2000, os surdos, assim como as demais pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, devem frequentar as escolas de acordo com as normas gerais e os critérios básicos para promoção de sua acessibilidade e permanência. O diretor consultou, então, a Resolução CNE/CEB 4/2009, que fixa as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, em que verificou que são considerados recursos de acessibilidade na educação aqueles que
- (A) estão localizados nas escolas onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado – AEE.
  - (B) foram adaptados para dar aulas de reforço aos que necessitam de atendimento educacional especializado.
  - (C) substituem as aulas que ocorrem nas classes comuns frequentadas pelos colegas não deficientes.
  - (D) oferecem adequada infraestrutura arquitetônica aos alunos com necessidades educacionais especiais.
  - (E) asseguram condições de acesso ao currículo aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.
42. A Secretaria da Educação do Município de Rio Claro reuniu seus diretores de escola para estudo da Resolução CNE/CEB 7/2010 e o respectivo Parecer. Depois de um debate acalorado, com base no artigo 21 da referida Resolução e no texto do Parecer, um dos diretores explicitou corretamente que, no projeto político-pedagógico de Ensino Fundamental e no regimento escolar, o aluno
- (A) é o centro do planejamento curricular e será considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social.
  - (B) deve obedecer a seus superiores: diretor e professores, estando impedido de tomar parte ativa na discussão e na implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola.
  - (C) deve acatar as avaliações dos professores, sem contestá-las, pois são os docentes que entendem dos conteúdos curriculares e só eles podem tomar decisões quanto à aprendizagem do aluno.
  - (D) precisa seguir as orientações dos docentes e respectivos coordenadores pedagógicos, sem precisar ter acesso à fundamentação pedagógica que aqueles aplicam, pois o educando não a compreenderia.
  - (E) necessita ter nota igual ou superior a sete nas avaliações bimestrais para ficar isento de cursar a recuperação paralela contínua e concomitante com o desenrolar do curso e ser dispensado da recuperação final.

43. Zilda, diretora de uma escola do município de Rio Claro, viu-se frente a um grande desafio: sensibilizar sua comunidade para que participasse, de forma comprometida, com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. Ciente de que essa é uma das atribuições de seu cargo, iniciou o processo realizando uma pesquisa com o segmento de pais, a fim de conhecê-los melhor. Essa iniciativa se justifica porque, como coloca Villela (em Alves; Sass, 2004), o conhecimento da comunidade escolar é fundamental à medida que só se constrói um Projeto Político Pedagógico se
- (A) os pais dos alunos se simpatizarem com a direção, oferecendo-lhe apoio para mudar a realidade.
  - (B) ele for pautado em propostas e atividades didáticas agradáveis e acatadas por todos os pais.
  - (C) os pais se sentirem prestigiados e valorizados pela direção da escola frequentada por seus filhos.
  - (D) ele estiver contextualizado a partir do diagnóstico da realidade em que se insere a escola.
  - (E) a direção montar uma reunião com a comunidade cujo eixo sejam os interesses de seus membros.
44. A Resolução CNE/CEB 4/2010, artigo 54, parágrafo 2º, dispõe que é obrigatória a gestão democrática no ensino público, a qual pressupõe, além de outros aspectos, o cumprimento do princípio da participação. Noêmia, diretora de escola no município de Rio Claro, identificou corretamente, dentre suas atribuições específicas, estabelecidas pelo sistema municipal, que aquelas que melhor correspondem ao disposto na referida Resolução são as de dirigir a escola de modo a garantir a consecução de seus objetivos e a integração do pessoal docente e administrativo; e de
- (A) estabelecer plano orçamentário anual atendendo à comunidade.
  - (B) promover condições para integração escola-comunidade.
  - (C) responsabilizar-se pelo programa de alimentação suplementar.
  - (D) coordenar a política educacional na rede pública municipal de ensino.
  - (E) prover transporte escolar aos alunos que moram em bairros distantes.
45. Vilma, diretora de escola no município de Albatroz, encaminhou as reuniões de planejamento do ano letivo de 2016, encorajando os profissionais e a comunidade escolar a construir juntos a autonomia da escola. O grupo entusiasmou-se e, após examinar a Resolução CNE/CEB 4/2010, que oferece diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica, selecionou seu artigo 43. Depois de acalorados debates, concluíram, de acordo com o parágrafo 1º do referido artigo, que essa construção coletiva da autonomia da instituição educacional baseia-se na busca da sua identidade, a qual se expressa, de forma mais abrangente e completa,
- (A) em certos registros anuais da escola e na atuação do seu Conselho Escolar, enquanto elementos fortalecedores daquela identidade, o que possibilita um outro grau de segurança para as ações da instituição.
  - (B) nos relatórios que são encaminhados à Secretaria da Educação do Município para documentar as atividades e realizações da escola e para assegurar a esta uma melhor comunicação com seus superiores.
  - (C) na construção do seu projeto pedagógico e do seu regimento escolar, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma reordenação das relações escolares.
  - (D) nas determinações legais internas e externas da unidade de ensino, pois elas são garantia da autonomia conquistada e embasamento para o alcance do ideal de educação a atingir.
  - (E) na participação da comunidade e dos alunos na vida da escola como tradução do desenvolvimento de uma gestão participativa, imprimindo na escola suas marcas.
46. No artigo de Bordignon & Gracindo, (em Ferreira & Aguiar, 2ª edição), cujo tema é a gestão da educação no município e na escola, os autores apoiam-se em Paro (1997) para tratar das diferentes dimensões da gestão da educação, apontando que todas devem ter um caráter transformador. Uma delas desempenha um papel privilegiado e central na construção do Plano Municipal da Educação e no Projeto Político-Pedagógico da escola, pois traz para si a incumbência de transformar em realidade o desenvolvimento do cidadão que se quer formar. Trata-se da dimensão
- (A) pedagógica.
  - (B) administrativa.
  - (C) cultural.
  - (D) financeira.
  - (E) filosófica.

47. Pedro, diretor de escola, pretende subsidiar os professores quanto ao desempenho deles na instituição escolar, com vistas à melhoria do ensino. Para isso, recorreu, dentre outros artigos, ao de Sacristán (em Nóvoa, 2004), que examina a prática pedagógica na profissão docente. Verificou corretamente, de acordo com o autor, que existe no discurso pedagógico dominante uma hiper-responsabilização
- (A) dos pais pelo fracasso escolar dos filhos.
  - (B) dos cursos de licenciatura pela má formação docente.
  - (C) dos órgãos técnicos governamentais pela fragilidade do ensino.
  - (D) da abordagem construtivista pelo baixo nível de aprendizagem dos alunos.
  - (E) dos professores em relação à prática pedagógica e à qualidade do ensino.
48. Dentre os tópicos dos Conhecimentos Específicos elencados para o concurso de Diretor de Escola do município de Rio Claro, alguns explicitam um ideário educacional que elege o desenvolvimento humano pleno, com foco no processo ensino-aprendizagem e no desenvolvimento do educando, como parâmetro orientador do planejamento, execução, avaliação e aprimoramento do trabalho pedagógico escolar.
- Zabala (1998) contribui para um trabalho educativo nessa perspectiva apontada, ao analisar a importância de se realizar a avaliação formativa com o objetivo fundamental de “conhecer para ajudar” o educando, ressaltando ser indispensável para isso que os educadores escolares se desfaçam de formas de agir que impedem mudanças nas relações entre alunos e professores, porque essas mudanças são necessárias para se conseguir
- (A) um bom nível para as provas, com questões análogas às utilizadas pelo SARESP e pela Prova Brasil.
  - (B) um clima de respeito mútuo, de colaboração, de compromisso com um objetivo comum.
  - (C) avaliação e atribuição de notas, sem provas, só observando o desempenho nas atividades de classe.
  - (D) respeito dos alunos pelo professor, seu segundo pai, devotando-lhe confiança e obediência.
  - (E) um ambiente de aprendizagem em rede, no qual toda autoridade se dilui e há alegria em participar.
49. Eduardo atua como diretor de escola do Ensino Fundamental em um município do interior paulista. Buscando contribuir para a formação pedagógica de seus professores, ele promoveu um ciclo de estudos, no qual incluiu debates sobre a Resolução CNE/CEB 7/2010 e o Parecer correspondente. Das análises desses documentos, o grupo concluiu, corretamente, com base no artigo 32 dessa Resolução, que a avaliação dos alunos a ser realizada pelos professores é
- (A) procedimento fundamental para assegurar a correta organização das classes homogêneas de acordo com o projeto político-pedagógico.
  - (B) processo prioritário para o controle disciplinar dos alunos nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.
  - (C) rica para detectar problemas de aprendizagem, embora dispensável para essa finalidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental.
  - (D) redimensionadora da ação pedagógica e constitui parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo.
  - (E) necessária para assegurar o predomínio dos aspectos quantitativos da aprendizagem sobre os qualitativos nas decisões docentes.
50. Em uma das reuniões de Trabalho Pedagógico Coletivo, os professores de uma escola municipal de Rio Claro, juntamente com o coordenador e o diretor, aprofundaram seus estudos pedagógicos com base no artigo “Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo”, em Luckesi (2002). Graças às reflexões desenvolvidas, concluíram corretamente, em conformidade com o autor que, para não ser autoritária, a avaliação terá de
- (A) ser diagnóstica, ou seja, deverá ser instrumento dialético do avanço da aprendizagem, constituindo-se instrumento da identificação de novos rumos.
  - (B) apresentar-se como procedimento classificatório, medindo com precisão o que foi aprendido pelos alunos a partir do ensino que lhes foi ministrado.
  - (C) apoiar-se na autoavaliação para recompensar os que mais se esforçarem, independentemente dos resultados alcançados nas provas orais e escritas.
  - (D) pautar-se por uma pedagogia compensatória para assegurar que a avaliação seja democrática com todos os alunos, isto é, mais fácil para os mais fracos.
  - (E) desenvolver práticas avaliativas reguladas com o máximo rigor para ajustar o ensino aos diferentes escolares, com exigência idêntica para todos.



51. Otávio é diretor de uma escola municipal de Ensino Fundamental de Rio Claro. Para melhorar a atuação dos conselhos de classe da escola que dirige, consultou a obra de Hoffmann (2001) "Avaliar para promover: as setas do caminho", na qual esse tema é tratado. Concluiu acertadamente, conforme a autora, que esses conselhos são momentos que precisam ser repensados pelas escolas como espaços educativos dos professores e que só terão significado se forem constituídos com o propósito de
- (A) aprofundar a análise epistemológica e didática do processo de aprendizagem dos alunos, de deliberar ações conjuntas que contribuam para o aprimoramento das ações futuras do corpo docente, dos alunos e de toda a escola.
  - (B) olhar para trás em relação às aprendizagens dos alunos, buscando coletar dados explicativos e comprobatórios do que o educando aprendeu ou deixou de aprender, classificando-os com precisão para promovê-los ou retê-los.
  - (C) examinar e julgar prioritariamente os problemas disciplinares e de conduta dos alunos, decidindo as medidas a serem tomadas e se eles podem e devem ser promovidos nas disciplinas avaliadas pelos conselhos de classe.
  - (D) promover os alunos, selecionando-os por grau de aprendizagem, de modo a assegurar a continuidade de seus estudos em classes homogêneas que possibilitem ao professor e ao educando um ensino em igualdade de condições.
  - (E) olhar para frente em relação à aprendizagem dos alunos, classificando-os quanto à necessidade de cursarem a recuperação de final de ano, com duração de até quinze dias corridos para permitir-lhes sua promoção.
52. Vanda participou de encontros de educadores no município onde reside, nos quais foi lida e debatida parte da obra de Machado (2009), o que reforçou sua convicção de que a formação de professores é uma temática que nunca se esgota. Com base nas ponderações dessa autora sobre mudanças na concepção de ciência e dos métodos para explicar os fenômenos sociais, Vanda entendeu que não há como se pensar em educação sem se levar em conta a tríade: teoria, ação e reflexão. Por isso, valorizou as colocações de Machado (2009) ao destacar a importância da reflexão e de um novo olhar para se compreender a realidade, olhar esse caracterizado por
- (A) enxergar a escola como um espaço social direcionado primordialmente para o trabalho com os menos capazes.
  - (B) voltar-se para as carências apresentadas pelos alunos, sobretudo as originadas da realidade social e econômica.
  - (C) romper com a visão linear e fragmentada e ser capaz de se abrir para a complexidade do mundo.
  - (D) identificar as experiências vividas pelos alunos, para que se possa relacionar seus conhecimentos prévios com o mundo do trabalho.
  - (E) discernir a posição política que os educadores adotam, já que ela influencia o processo de ensino.
53. Arthur, professor do ensino básico, ao ministrar aulas, leva para a classe materiais didáticos e de uso social associados ao tema a ser trabalhado e que, a depender da turma à qual se destinam, apresentam significado para os aprendizes. Organiza situações de aprendizagem para que os estudantes os explorem das mais variadas formas, enquanto lhes faz perguntas, focalizando os aspectos que favorecem a problematização do tema. Em seguida, pede-lhes que, empregando desenhos, textos, dramatizações ou algum outro recurso, representem o que conseguiram elaborar. Então, discute com o grupo as produções individuais, as descobertas e as aprendizagens realizadas.
- Sabendo-se que Arthur age dessa forma por compreender a aprendizagem como um processo de construção, pode-se afirmar que a trajetória metodológica por ele adotada, conforme Becker (2012), embasa-se na premissa de que o aluno só aprenderá alguma coisa, isto é, construirá algum conhecimento novo, se ele
- (A) tiver à sua disposição materiais manipuláveis, que concretizem os conceitos ensinados.
  - (B) vivenciar atividades divertidas, apoiadas em materiais capazes de dar-lhe prazer.
  - (C) participar de grupos homogêneos, que possibilitem trocas de conhecimentos.
  - (D) puder apoiar-se em um roteiro organizado pelo professor, a ser seguido passo a passo.
  - (E) agir e problematizar a sua ação, apropriar-se dela e de seus mecanismos íntimos.
54. O texto de Carlos A. M. Pimenta, em Alves e Sass (2004), interessa sobremaneira aos gestores escolares, pois favorece reflexões sobre o projeto político-pedagógico. De acordo com esse autor, vislumbrar a educação como um caminho possível para o aprendizado da ordem social adulta ou para a consolidação de sujeitos autônomos e conscientes requer um esforço científico que se caracteriza por
- (A) desnudar a realidade social e escolar.
  - (B) analisar as ocorrências do passado.
  - (C) avaliar as probabilidades do futuro.
  - (D) combater a reprodução social.
  - (E) resolver os problemas da atualidade.

**55.** Teodoro, estagiário de Pedagogia, ao ler o projeto pedagógico de uma instituição escolar, verificou que o desenvolvimento da autoconfiança do aluno constava entre suas metas. Porém observou que, apesar de a escola ambicionar de fato esse objetivo, ela não sabia como concretizá-lo. Lembrou-se, então, de uma colocação de Vinha (2000), para quem o educador precisa compreender que é impossível a uma criança ser autoconfiante se

- (A) tem seu direito de escolha negado quando lhe exige que cumpra as regras disciplinares da escola, a seu ver desagradáveis.
- (B) vivencia sucessivas situações em que fracassa, sendo sempre desvalorizada ou criticada, frequentemente desrespeitada.
- (C) possui dificuldade em aprender determinados conteúdos, como os de matemática, e, mesmo assim, precisa aprendê-los.
- (D) lhe proporcionam conteúdos pouco interessantes e muitas atividades como lição de casa, impedindo-a de fazer o que gosta.
- (E) deixa de receber prêmios, como medalhas e troféus, que a escola proporciona aos alunos que se destacam nos estudos.

**56.** A diretora e a coordenadora pedagógica de uma mesma escola municipal de Ensino Fundamental, comprometidas com a formação continuada de seus professores, propuseram a eles o estudo do documento “A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos” (MEC/SEB, 2009) em algumas reuniões de trabalho coletivo. Os professores acataram a ideia e, após analisarem o documento citado, concluíram corretamente que o mesmo pretende proporcionar reflexões acerca do processo de apropriação da linguagem escrita pela criança de seis anos e, também, tem por objetivo que a língua escrita possa ser

- (A) introduzida como um dos principais componentes curriculares a ser aprendido para posterior utilização, em outras etapas escolares.
- (B) estudada especialmente como um instrumento de comunicação para o educando, no futuro, obter sucesso em atividades de trabalho.
- (C) ensinada no início do Ensino Fundamental sem recorrer a ilustrações, pois estas desviam a criança do esforço necessário para aprendê-la.
- (D) compreendida como uma ferramenta que deve interagir com o universo infantil, com a maneira de a criança se apropriar do mundo.
- (E) desenvolvida como recurso para que o escolar domine a língua culta, em substituição às formas de linguagem popular.

Leia o texto a seguir para responder às questões de números **57 a 59**.

Na formação dos profissionais do ensino, o segmento acadêmico, escolar, tem maior visibilidade porque confere o diploma, licenciando para o mercado de trabalho. No entanto, a escolaridade básica e a cultura da classe social de origem constituem um primeiro nível da formação docente ao qual os estudos específicos se articulam. Mas há um terceiro nível, inerente ao exercício da profissão, o qual pode constituir-se como nível formador permanente, privilegiado, desde que, presentes, determinadas condições.

**57.** Nesse sentido, Sanches e Weisz (2006) defendem que as equipes de direção/coordenação das escolas organizem, com os professores, um processo de diálogo, de análise, de crítica e de reconstrução do trabalho didático-pedagógico em andamento com os alunos e da própria estrutura organizacional da escola. As autoras propõem a “tematização da prática” que consiste em

- (A) inventariar as dificuldades e lacunas de formação dos professores, tratando de programar temas para oficinas didático-pedagógicas destinadas a saná-las.
- (B) um processo de reflexão, um instrumento de formação que documenta a prática docente para olhar para ela como um objeto sobre o qual se pode pensar.
- (C) gravar vídeos de aulas-modelo de temas centrais das disciplinas do currículo do ensino fundamental, para uma ajuda prática aos professores que necessitarem.
- (D) disponibilizar material teórico de ponta, sobre temas da prática docente, a ser livremente explorado pelos professores, com a assistência do coordenador.
- (E) aplicar, com a ajuda de especialistas, a teoria construtivista de Emília Ferreiro a temas de alfabetização que os professores das séries iniciais selecionaram.

58. Selma Garrido Pimenta (3ª edição) entende que os professores podem construir e transformar seus saberes/fazer docentes. Analisa que, para isso, precisam desenvolver a capacidade de investigar a própria atividade, o que, segundo a autora, depende da
- (A) continuidade de seus estudos em nível de pós-graduação, instrumentalizando-se teoricamente para interpretar, no cotidiano escolar, os problemas que enfrentam ao ensinar.
  - (B) gestão democrática no desenvolvimento do currículo, liberando os professores de vencerem volumes de programação para poderem pesquisar suas práticas.
  - (C) incorporação, pelo projeto político-pedagógico escolar, da dimensão investigativa do trabalho dos docentes, impondo, a estes, o esforço para desenvolvê-la com eficiência.
  - (D) mobilização da tríade: dos saberes da área específica, dos saberes pedagógicos e dos saberes da experiência, nos quais se fundamenta o saber do professor.
  - (E) colaboração e do envolvimento dos setores técnicos das secretarias de educação e dos pesquisadores das universidades públicas que formam professores para a Educação Básica.
59. Hélio inscreveu-se para o concurso de diretor de escola do Município de Rio Claro. Leu a obra de Imbernón (2002), indicada no edital desse concurso, e encontrou, em um dos capítulos, contribuições sobre o tema: a unidade educacional como espaço de formação continuada e de aperfeiçoamento voltado para a qualificação da ação docente. De acordo com a obra examinada, concluiu, corretamente, que a formação de professores centrada na escola baseia-se
- (A) na reflexão deliberativa e na pesquisa-ação, mediante as quais os docentes elaboram suas próprias soluções em relação aos problemas práticos com que se defrontam.
  - (B) num conjunto de papéis e funções que são aprimorados mediante normas e regras técnicas elaboradas pelos órgãos superiores à escola e pelo diretor da unidade de ensino.
  - (C) nas orientações apresentadas pela equipe de gestão da escola, tendo em vista a eficácia e a eficiência no alcance de 100% das metas relacionadas ao sucesso de todos os alunos.
  - (D) num paradigma que aposta em valores e princípios como os de independência, isolamento, autodeterminação, autocrítica, atualização profissional, iniciativa e competitividade.
  - (E) numa sequência de ações agrupadas em cinco fases que se destinam ao diagnóstico, à preparação de materiais instrucionais, à aplicação do plano, à avaliação e ao replanejamento.
60. Mercedes é licenciada em Pedagogia e vai prestar concurso de diretor de escola para o Município de Rio Claro. Ela examinou a Resolução CNE/CEB 4/2010, observando o conceito de currículo que consta no parágrafo 2º do artigo 13. Verificou, acertadamente, que o currículo é entendido como constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para
- (A) formar cidadãos engajados nas atividades políticas.
  - (B) preparar jovens no domínio das tecnologias e das matemáticas.
  - (C) construir as identidades dos educandos.
  - (D) ajustar os educandos às exigências do mercado de trabalho.
  - (E) adaptar os concluintes da educação básica à globalização.

